



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006136-25.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Carlos Ricardo Toniolo Costa**
 Requerido: **Governo do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, proposta por **CARLOS RICARDO TONIOLO COSTA**, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de neoplasia de testículo único, tendo se submetido a uma cirurgia radical, necessitando de reposição hormonal contínua por toda a sua vida, razão pela qual lhe foi prescrita, por médico urologista (fls. 17-18), a aplicação trimestral do medicamento undecilato de testosterona (Nebido - ampola) que não tem condições de adquirir por ser economicamente hipossuficiente e não conseguiu obter administrativamente na rede pública de saúde, motivo pelo qual se justificaria a intervenção judicial.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 13-67.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 68-69.

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação às fls. 81-85 na qual sustenta, em resumo: I) o autor não demonstrou que o medicamento pleiteado é o único eficaz para o seu tratamento; II) o Departamento Regional de Saúde de Araraquara informou que o medicamento não é contemplado por programas de saúde estadual e federal; III) o interesse particular do cidadão despreza a soma de recursos destinados a toda a coletividade; IV) ao juiz não cabe administrar por não vislumbrar os recursos orçamentários disponíveis ao cidadão; a lista do SUS é ampla e eficaz para o tratamento de doenças em geral, e a pretensão deveria se ajustar ao já oferecido; V) é necessário apresentar receita médica atualizada.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional. Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, mas que seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Não há que se falar em invasão indevida do Poder Judiciário no orçamento público, uma vez que no cotejo com o direito à saúde, este demonstra inegável prevalência sobre os interesses patrimoniais. Ademais, vigora hoje em dia o conceito de efetivação da tutela jurisdicional, o que pressupõe medidas eficazes para a proteção dos direitos.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, não possuir condições financeiras para arcar com o custo do medicamento pelo que se observação em declaração acostada à fl. 14.

Ressalte-se, ainda, que a necessidade do medicamento pleiteado foi atestada por médico urologista (fls. 17-18). Assim, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento ou tratamento é apropriado para o caso do autor, mas sim quem o assiste e acompanha as particularidades do seu caso. Ademais, o fato do medicamento não fazer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parte de lista oficial não obsta o fornecimento público, pois é necessário que se garanta vida digna ao cidadão, que não pode sofrer as consequências do lento processo burocrático estatal de listagem e padronização.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para fornecimento contínuo e por tempo indeterminado do fármaco *undecilato de testosterona (Nebido - ampola)*, devendo o autor apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de justificar a manutenção do tratamento, bem como as receitas médicas, sempre que solicitadas.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas na forma da lei.

P.R.I.C

São Carlos, 25 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**